Jorge Miklos

E-mail: jorgemiklos@
gmail.com

**Tatiana da Silva
Penna**

tatisilpenna@gmail.com

**Comunicação e direito
à cidade: o fazer comunidade
no movimento de
moradia Anchieta**

**Communication and the right
to the city: the community
aspects in the Anchieta
housing movement**

**Comunicación y derecho
a la ciudad: construcción
comunitaria en el movimiento
de viviendas Anchieta**

RESUMO

A questão do déficit habitacional na cidade de São Paulo apresenta um problema de longa escala. Seguidamente eclodem mobilizações de grupos sem moradia que se organizam para reivindicar junto ao poder público o direito à moradia e obterem um teto para morar. Como estratégia de luta, esses grupos ocupam as ruas da cidade, no intento de dar visibilidade à causa lutando contra a criminalização e a invisibilidade. O objetivo do estudo é compreender a ação comunicativa e organizativa nos movimentos sociais e culturais e suas práticas de resistência e transformação das culturas frente à hegemonia comunicativa. Para este estudo, foi selecionado o Movimento de Moradia Anchieta e suas ações comunicacionais. Os autores, durante os meses de agosto e setembro de 2016, realizaram um trabalho de cadastramento dos ocupantes da área invadida. Para investigar a questão percorremos dois momentos metodológicos: o primeiro passo foi pautado pelo embasamento teórico a respeito do Direito à Cidade, Protestos, Movimentos Sociais, Vínculos e Comunidades a partir dos estudos de Castells (2013); Harvey (2014); Santos (2009); Pross (1997) Paiva (2003) e Hillman (1993). O segundo passo da investigação consistiu na análise das narrativas verbais dos representantes do Movimento de Moradia Anchieta, buscando apreender como suas particulares motivações, que, reunidas, foram capazes de comungar uma rede, um grupo social atuante que manifesta uma reação de contrapoder expressa na capacidade dos atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Nos relatos dos ocupantes, foi possível sentir as significâncias individuais que traduziram as motivações inculcadas no desejo e necessidade de fazer-se comunidade.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Movimentos Sociais; Direito à Cidade.

ABSTRACT

The housing deficit issue in the city of São Paulo presents a long-term problem. Then mobilizations of homeless groups begin to organize to claim the right to housing with the public power and to obtain a roof to live in. As a strategy of struggle, these groups occupy the streets of the city, in order to give visibility to the cause fighting against criminalization and invisibility. The aim of the study is to understand the communicative and organizational action in social and cultural movements and their practices of resistance and transformation of cultures in the face of communicative hegemony. For this study, the Anchieta House Movement and its communicative actions were selected. The authors, during the months of August and September 2016, carried out a work of registering the occupants of the invaded area. To investigate the issue we went through two methodological moments: the first step was based on the theoretical basis about the Right to the City, Protests, Social Movements, Bonds and Communities from the studies of Castells (2013); Harvey (2014); Santos (2009); Pross (1997) Paiva (2003) and Hillman (1993). The second step of the investigation consisted in analyzing the verbal narratives of the representatives of the Anchieta Housing Movement, seeking to grasp how their particular motivations, which together were able to share a network, an active social group that expresses a countervailing reaction expressed in the ability social actors challenge the power embedded in the institutions of society in order to claim representation of their own values and interests. In the reports of the occupants it was possible to feel the individual significance that translated the motivations instilled in the desire and need to become a community.

Keywords: Community Communication; Social movements; Right to the city.

RESUMEN

La cuestión del déficit de vivienda en la ciudad de São Paulo presenta un problema de larga escala. Luego surgen movilizaciones de grupos sin vivienda que se organizan para reivindicar ante el poder público el derecho a la vivienda y obtener un techo para vivir. Como estrategia de lucha, estos grupos ocupan las calles de la ciudad, en un intento de dar visibilidad a la causa luchando contra la criminalización y la invisibilidad. El objetivo del estudio es comprender la acción comunicativa y organizativa en los movimientos sociales y culturales y sus prácticas de resistencia y transformación de las culturas frente a la hegemonía comunicativa. Para este estudio, se seleccionó el Movimiento de Vivienda Anchieta y sus acciones comunicacionales. Los autores, durante los meses de agosto y septiembre de 2016 realizaron un trabajo de registro de los ocupantes de la zona invadida. Para investigar la cuestión recorremos dos momentos metodológicos: el primer paso fue pautado por el fundamento teórico respecto al Derecho a la Ciudad, Protestos, Movimientos Sociales, vínculos y Comunidades a partir de los estudios de Castells (2013); Harvey (2014); Santos (2009); Pross (1997) Paiva (2003) y Hillman (1993). El segundo paso de la investigación consistió en el análisis de las narrativas verbales de los representantes del Movimiento de Vivienda Anchieta, buscando aprehender como sus particulares motivaciones, que, reunidas, fueron capaces de comungar una red, un grupo social activo que manifiesta una reacción de contrapoder expresada en la capacidad de los actores sociales para desafiar el poder incorporado en las instituciones de la sociedad con el objetivo de reivindicar la representación de sus propios valores e intereses. En los relatos de los ocupantes fue posible sentir las significaciones individuales que tradujeron las motivaciones inculcadas en el deseo y necesidad de hacerse comunidad.

Palabras-clave: Comunicación Comunitaria; Movimientos Sociales; Derecho a la Ciudad.

Submissão: 14-7-2017

Decisão editorial: 28-10-2019

Questões introdutórias: São Paulo e seu contraponto ao direito à moradia

São Paulo é uma das maiores cidades do planeta. Conta, atualmente, com uma população de 10 milhões de habitantes. A cidade apresenta a maior taxa de crescimento do déficit habitacional do Brasil, principalmente, devido ao intenso processo migratório ocorrido nas últimas décadas.

Registrando um déficit de cerca de 358 mil moradias, São Paulo, segundo pesquisa da FGV em 1970, tinha 1,27 milhão de moradias para acomodar 5,38 milhões de habitantes. A metrópole chegou ao ano 2000 com 3,04 milhões de domicílios e uma população de 10,43 milhões de pessoas. Entre 1970 e o ano 2000, o número de moradias teve um crescimento médio de 2,94% ao ano, acima do crescimento médio populacional, de 2,23% ao ano. As duas taxas, no entanto, são inferiores à velocidade do aumento de moradias inadequadas – que foi de 3,52% no mesmo período. Dentro desse índice, as habitações improvisadas (utilizadas por moradores de rua) tiveram um crescimento de 7,94% ao ano e as moradias rústicas (de favelas), de 4,13% ao ano¹.

¹ Pesquisa sobre o desenvolvimento habitacional da cidade nas últimas três décadas, publicada pela revista Conjuntura da Construção, do SINDUSCON-SP (Sindicato da Indústria da

Essa situação é resultado de múltiplos fatores. Nas últimas décadas, o desenvolvimento industrial do Sudeste atraiu milhões de migrantes em busca de trabalho e oportunidades. Entretanto, esse crescimento ocorreu de forma desordenada e sem planejamento não possibilitando a acomodação de todas as oportunidades. O crescimento econômico nas 'décadas de ouro' não promoveu a socialização da riqueza acirrando a desigualdade social. Além disso, social e economicamente, nossa sociedade está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes, bloqueando a instituição e a consolidação da democracia. A polarização econômico-social entre a carência e o privilégio ergue-se como obstáculo à instituição de direitos, definidora da democracia.

A esses obstáculos, podemos acrescentar ainda aquele decorrente do neoliberalismo, expressos pelo encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado. Do ponto de vista econômico, o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado são determinados pela economia e política neoliberais, que se definem pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados da classe dominante, isto é, em proveito do capital.

A economia e a política neoliberais procuram destinar os fundos públicos aos investimentos do capital; cortam-se os investimentos públicos destinados aos direitos sociais, transformando-os em serviços definidos

Construção Civil do Estado de São Paulo) e da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Organizada pelo professor da FGV Fernando Garcia, pelo consultor da GVconsult Rogério César de Souza e pela mestranda da FGV Fernanda Brollo, a amostragem utiliza como base de dados o Censo do IBGE.

pela lógica do mercado, ou seja, a privatização dos direitos transformados em serviços, privatização que aumenta a cisão social entre a carência e o privilégio, aumentando todas as formas de exclusão.

De acordo com Boaventura Santos, à falência do Estado-Providência e do contrato social emerge o *fascismo societal*. Não se trata do regresso ao fascismo do breve século XX, pois não se versa sobre um regime político, mas sim sob a lógica de um regime social e civilizacional que: "Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove a democracia até o ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo" (SANTOS, 2002, p. 33).

Para Boaventura, a primeira forma é o fascismo do *apartheid* social. Trata-se da segregação social dos excluído por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas:

As zonas selvagens são as zonas do estado de natureza hobbesiano. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem sob a constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados, *gated communities*) (SANTOS, 2002, p. 33).

Ao arrefecimento da participação do Estado no encaminhamento das demandas públicas, uma parcela dos excluídos respondeu com o recrudescimento das lutas por direitos sociais. E na agenda está o direito de moradia.

A cidade de São Paulo apresenta entre outras ausências um considerável déficit no que concerne o sistema de moradia. Atualmente, o município tem

uma demanda habitacional entre favelas, loteamentos irregulares e cortiços cadastrados pela Secretaria Municipal de Habitação, estimados em 390.503 mil. Esse número, por vez ou outra, faz eclodir mobilizações e protestos por parte daqueles que integram os movimentos em defesa do direito a moradia na cidade.

Em seu processo de desenvolvimento urbano São Paulo, apresentou-se desigual, motivados pelos diferentes processos migratórios (fluxos internos e externos), que interagiram neste espaço com grande força a partir do final do século XIX, período em que a cidade se tornou um importante centro econômico com a expansão da cafeicultura e, posteriormente, viria a se tornar um grande polo industrial do país, mudando consideravelmente seu contingente populacional.

O primeiro Censo Demográfico no Brasil, em 1872, registrou no Município de São Paulo cerca de 31 mil habitantes, o que o colocava como a 9ª capital em população. Com 275 mil, nove vezes mais, o Rio de Janeiro detinha o primeiro lugar. No segundo Censo, em 1890, São Paulo chegou aos 65 mil habitantes e saltou para a quarta posição, superado apenas por Rio, Salvador e Recife (SEADE, 2004, p. 9).

Tais números evidenciam o acelerado crescimento populacional da cidade que:

A partir de 1890 – chegou a 14% ao ano –, relacionou-se à intensa migração internacional, que teve seu ápice nesse período. Nos anos seguintes, as taxas de crescimento permaneceram elevadas, superando 4% ao ano até 1970 e a migração internacional manteve-se importante até o final dos anos 30. (SEADE, 2004, p. 9)

Mantendo essa corrente de crescimento pulsante, em meados da década de 1940, a cidade já ultrapassava um milhão de habitantes, o que traz um novo ranking para a cidade, em acordo com o Censo Demográfico de 1960 que:

[...] Confirmou São Paulo como a maior cidade do país, com uma população de quase 3,8 milhões de habitantes e a migração teve significativa contribuição nesse crescimento. Responsáveis diretos, desde 1900, por mais de 60% do incremento observado, que chegaram a 72% entre 1940 e 1950, os fluxos migratórios, a partir de 1940, constituíam-se em maior parte por pessoas vindas de regiões do próprio país, principalmente do Nordeste e de Minas Gerais. Entre 1970 e 1980, esse componente respondeu por 45% o incremento populacional do município, com a taxa anual de crescimento chegando a 3,7%. Após 1980, a migração perdeu força e os saldos migratórios foram negativos nos períodos 1980/91 e 1991/2000 (62 mil e 50 mil pessoas ao ano, respectivamente). (SEADE, 2004, p. 9)

Esse panorama provocou mudanças substanciais na estrutura e forma de ser da cidade, corroborados por fatores econômicos, físicos, sociais e culturais.

Conforme o IBGE (2010), a população total da cidade de São Paulo está estimada em 11.253.503 milhões de habitantes, ocupantes de construções regulares e irregulares (cortiços, favelas e loteamentos), distribuídos em 96 distritos, que compõe as 32 subprefeituras do município, logo, o crescimento da cidade não deu conta de subsidiar garantias como o direito à moradia, visto que para Milton Santos:

As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas,

sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infraestruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas – possuem até certo ponto um caráter de permanência [...], pois conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e as suas distorções (SANTOS, 2009, p. 73).

Com isso, a “desigualdade urbana, funcional e social se aprofunda, gerando uma cidade partida e segregada” (BONDUKI, 2011, p. 25). E é no seio do enfrentamento a essa desigualdade urbana e segregação social, que emergem os movimentos sociais em prol das mais diversas lutas em defesa da solidariedade e da cidadania.

Movimentos Sociais: suas indagações e motivações

O cenário deste artigo está no cerne do Movimento de Ocupação Anchieta, que nasceu em 27 de julho de 2013. O caminho utilizado para explorar a questão da Comunicação e o Direito à cidade reuniu uma combinação de métodos e respectivas técnicas para que fosse possível “dar conta” do objeto em estudo.

Para Minayo (2009, p. 14), em O desafio da pesquisa social, a “metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”. A trajetória do estudo primeiramente percorreu a pesquisa bibliográfica, reunindo livros, artigos científicos e outras publicações sistematizadas. Também fez parte do cabedal de métodos de pesquisa a técnica de observação

participante (participação em assembleias e ações organizadas pelo Movimento de Moradia), e entrevistas sobre as histórias de vida de membros do Movimento Anchieta.

Nas narrativas feitas por alguns integrantes desse movimento, que no momento deste estudo, ocupavam cargos na diretoria da associação, percebe-se que a motivação para constituição desse movimento teve como força motriz a necessidade da moradia, conforme podemos notar nos discursos dos sujeitos abaixo que, neste estudo, serão identificados por nomes fictícios que de certa forma traduzem e, ou melhor, significam a presença dessas pessoas no movimento:

Possibilidade: trabalhava numa empresa, pagava aluguel de 500 reais, ganhava um salário mínimo não aguentava mais pagar aluguel, um amigo me chamou eu vim e desde o início estou aqui.

Idealidade: Eu moro aqui desde julho de 2013, quando eu saí da cadeia em 2011, eu estava sem lugar para ir, morei dois meses com meu pai, aí ele arrumou um novo casamento e expulsou minha mãe de casa e falou para eu arrumar uma melhora para mim também, e aí aonde estava numa certa tarde triste sentado numa rua pensando na vida aonde me deparei com meu companheiro "fulano", que falou: tem um terreno ali, vamos invadir? Vamos, demorou, estou dormindo dentro do carro mesmo!

Confiança: eu não conhecia a ocupação, eu vim entregar um material para um amigo meu, aí vi aquele monte de lona, perguntei se ainda tinha lugar, disseram que sim, mais tinha muita árvore..., aí eu me interessei e falei para meus irmãos se eles queriam sair do aluguel e viemos em 12 pessoas para cá.

Nota-se nos relatos individuais desses ativistas o desejo e a necessidade de sair do aluguel, mas tam-

bém é possível arriscar dizer que, no centro desse desejo está o anseio por mudança de condição social, ou seja, a aspiração por fazer parte de algo, tendo “a territorialização [...] como força de apropriação exclusiva do espaço (resultante de um ordenamento simbólico), capaz de engendrar regimes de relacionamento, relações de proximidade e distância” (SODRÉ, 1988, p. 13). Portanto, na busca pelo reconhecimento, que os façam pertencentes à cidade, anseio que corrobora com Hillman (1993, p. 37), quando esse descreve que “a cidade esta na alma”, daí a imprescindibilidade de ocupar-se dela.

Todavia, nas grandes cidades manifesta-se, a segregação espacial, expressa não apenas por sua separação geométrica, mas também evidenciada por seu concreto distanciamento social, tendo em vista que “o isolamento, a exclusão ou a procura não se leem forçosamente no mapa” (RONCAYOLO apud BARROS, 2012, p. 76).

Nesse sentido, a priori, é possível considerar que não fazer parte, ou seja, não se sentir pertencente, pode impulsionar para o que Bauman (2003), vai intitular de a “guerra do reconhecimento”, movimento que incita “a luta pelos direitos individuais e sua alocação resulta numa intensa construção comunitária” (BAUMAN, 2003, p. 71).

Nessa perspectiva, está a “construção comunitária”, que permite muitas vezes a constituição de grupos socialmente organizados, pautado no que atesta Max Weber de que:

Uma relação social deve ser definida como comunidade se, na disposição do agir social, apoia-se – em um único aspecto, em alguma medida ou de maneira geral – sobre um sentimento comum de pertencimento

(afetivo ou tradicional) dos indivíduos que a ela pertencem (WEBER apud PAIVA, 2003, p. 98).

E é em prol desse "sentimento comum", pautado na conquista de um afeto cidadão, representadas aqui na luta por moradia, que tem como pano de fundo a legitimação desse 'pertencer' à macrocidade desta comunidade: a cidade de São Paulo, com toda sua diversidade imagética, representada em seus mais diversos arranjos sociais, culturais, políticos, econômicos e territoriais que os movimentos sociais de moradias invadem e ocupam áreas ou espaços reivindicados como lugares da cidade a serem apropriados.

David Harvey, (2014, p. 30), descreve que "reivindicar o direito a cidade [...] equivale a reivindicar algum tipo de processo configurador sobre os processos de urbanização", o que justifica o processo de conquista da moradia e permite o acesso a uma nova realidade, em que os moradores de áreas de ocupação, passem a ser vistos como pessoas passíveis de direitos e deveres na sociedade moderna. Ainda segundo o autor, essa apresenta-se cada vez mais como cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos, revelados nos movimentos sociais urbanos que de acordo com Harvey buscam "superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente", pautadas nos "ideais de identidade urbana, cidadania e pertença, de uma política urbana coerente" que funcione como um "corpo político coletivo".

E é na busca por esta coerência política e coletiva, que constata Castells de que:

Ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser alavancas da mudança social. Ge-

almente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. [...] A conjuminância de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas. (CASTELLS, 2013, p. 161)

Prosseguindo, o autor afirma que “movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeado pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança” (CASTELLS, 2013, p. 163).

Isso posto, corrobora com as motivações que culminaram no nascimento do Movimento de Moradia Anchieta que, por meio das falas dos integrantes desse movimento, traduzem em seu íntimo o sonho do direito a moradia, ou melhor, em suas palavras o direito à casa própria, que podemos arriscar dizer que decorre também do desejo em sair do campo da invisibilidade e ganhar visibilidade dentro da cidade, e isso, não apenas pela perspectiva do espaço residente, mas sim pela legitimidade de sua(s) presença(s) identitárias e visíveis na e com a cidade.

Nossa paisagem: o Movimento de Moradia Anchieta

Uma paisagem urbana ou uma cidade de tipo europeu ou do tipo americano. Um centro urbano de negócios e as diferentes periferias urbanas. Tudo isto são paisagens, formas mais ou menos duráveis. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser

o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações (SANTOS, 2009, p. 53).

Figura 1 – Imagem aérea antes e depois da ocupação

O Movimento de Moradia Anchieta está localizado em área periférica no Distrito do Grajaú, situado na zona Sul de São Paulo, em área abarcada pela Lei de Proteção aos Mananciais. É gerido pela Subprefeitura Capela do Socorro com território que abrange 134km², localizado entre as bacias hidrográficas Guarapiranga e Billings, que abriga parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Bororé-Colônia.

O Distrito do Grajaú se caracteriza por ser uma das mais populosas regiões do município de São Paulo, sendo marcada pelas piores condições socioterritoriais, com características distintas dos outros distritos da Capela do Socorro (Cidade Dutra, Socorro). Atualmente, sua população local supera o número de 600 mil habitantes, parte dela residindo em áreas de mananciais ocupadas irregularmente. A região apresenta ainda, uma considerável ausência de serviços públicos e equipamentos, à medida que o contínuo crescimento populacional impossibilita o acesso dessa população a bens de serviços, levando a um déficit social no que se refere à educação, saúde, emprego e moradia.

O movimento de ocupação no Instituto Anchieta foi iniciado em 27 de julho de 2013, segundo um dos dirigentes, "Confiança", inicialmente com cerca de 15 famílias; após cerca de 15 dias, em torno de 50 famílias; e, em quatro meses, a ocupação já reunia mais de 400 famílias, o que ele reconhece ter causado um grande impacto ambiental em decorrência do terreno compor uma extensa área de mata fechada (não mais existente) e uma nascente (em estágio de recuperação), que em pouco tempo foram prejudicadas pela invasão.

Ainda segundo informações do dirigente e do Instituto Anchieta Grajaú, após cerca de seis meses da ocupação, foi expedida judicialmente a primeira

reintegração de posse, solicitada pelo Instituto que neste momento não intentava abrigar em seu espaço físico o grupo de ocupantes.

Nesse cenário, havia por lado Instituto Anchieta a disputa pela preservação do “meu” espaço, tendo em vista que enquanto, proprietário do terreno (220 mil metros) acerca de 17 anos, não concebia a ideia de que seu “quintal fosse tomado”, isso nas falas dos funcionários. Do outro lado, estavam os “invasores” – ocupantes – (como preferem ser denominados), na busca por ocupar e pertencer à cidade, tomando para si como forma de protesto o espaço “vazio” do outro.

Conforme Sodré (1988, p. 18), o espaço é “orgânico”, assim, se constitui de “corpos vivos e de grupos sociais” e, nessa perspectiva, a relação estabelecida entre os grupos presentes nesse contexto (Proprietário e Ocupante), permeava um intenso conflito espacial, que culminaram em três ações ganhas pelo Anchieta para reintegrações de posse do terreno.

Todavia, no período em que tramitavam pelas vias judiciais as solicitações de reintegração de posse do terreno, o Movimento de Moradia Anchieta, já organizado, em 11 de janeiro de 2015, funda juridicamente a Associação de Moradores do Movimento Anchieta, o que leva a disputa para outro campo, passando esses dois entes a pactuarem negociações que efetivariam a permanência do grupo de ocupantes, não mais como inimigos espaciais, mas agora como um corpo que manifestava em conjunto o desejo do direito a moradia, visto que o Instituto Anchieta, após reuniões, debates e reflexões, enquanto organização social que atua diretamente na defesa dos direitos de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social,

não poderia pactuar com processos de reintegração de posse que se apresentam tão violentos e ineficazes para enfrentamento a questão.

No entanto, a disputa por este espaço foi defendida pelo Instituto por meio de vias legais, enquanto que, por parte da ocupação, as ruas foram o lugar de luta para reivindicação do direito a moradia, uma vez que, esse grupo inserido em um território periférico, como dito, não causava maiores impactos à rotina da cidade, evidenciando a invisibilidade desse movimento. Assim sendo, a estratégia utilizada é aquela que permita ocasionar, o que podemos denominar “transtornos”, ao que é já cotidianamente um desafio caótico, que é o trânsito dessa megalópole, posto que “Uma manifestação política que muda o trânsito, um acidente, são fatos inesperados que alteram, ainda que momentaneamente a percepção dos transeuntes, tirando-os do automatismo cotidiano” (RIBEIRO, 2009, p. 186).

A busca por visibilidade na invisibilidade

Numa sociedade midiaticizada, ao transitar pelo campo das mídias massivas os movimentos sociais reconhecem que os meios de comunicação se legitimam como “[...] um lugar de extraordinária relevância nos processos de constituição de hegemonia” (NOGUEIRA, 2013, p. 183). Desse modo, buscam se ocupar dos espaços públicos de modo a dar visibilidade as suas reivindicações.

Harry Pross afirma que protestar é uma forma de comunicação, e que esse ato pressupõe a existência do espaço público. Logo, a ação de ocupar as ruas oportuniza aos militantes sair do campo da invisibilidade e ganhar dentro deste cenário, visibili-

de, para além do lugar que ocupam, mas também, estender este estar visível ao campo midiático:

Quem protesta testemunha desde o começo que não quer ter nada a ver com uma determinada coisa. Ele é claramente contra alguma coisa, o que significa, contudo, que é a favor de outra. Assim “protestar” significa no fundo testemunhar na primeira fileira (ganz vorne bezeugen) (PROSS, 1997, p. 20).

Dessa forma, o Movimento de Moradia Anchieta Grajaú, ao longo dos anos de 2013 a 2015, despontou inúmeras manifestações pela cidade, em defesa do seu interesse por moradia, bem como em outras vezes em apoio a outros movimentos (informação concedida pelo dirigente “Possibilidade”.

Figura 2 – Protesto interdita completamente a Avenida Senador Teotônio Vilela em 10/03/2014 às 6h50

Foto: Luiz Claudio Barbosa/Futura Press/Estadão Conteúdo

Como retratado pela imagem acima, o ato de protestar/manifestar, expressa o sentido de legitimar e dar visibilidade a determinados grupos sociais que lutam para alcançar espaços na cidade como estratégia de fuga das condições de invisibilidade, entendendo que “alguns espaços, ainda que públicos, não se configuram como espaços de todos. O outro não cabe ali” (RIBEIRO, 2009, p. 190). Na contramão deste não lhe ser permitido “caber ali”, o Movimento de Moradia Anchieta vai incitar que “ocupar a cidade é apropriar-se dos meios de contato já estabelecidos e reordenar as relações com seus espaços: A verdadeira cidade está nas ruas” (GABBAY ; PAIVA, 2016, p. 7).

Nessa perspectiva, os movimentos sociais urbanos na busca por visibilidade e em nome do “seu direito a cidade – seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 85), ocupam os espaços públicos como manejo estratégico de mobilização e sensibilização para reivindicação de suas causas. (Figura 3 e 4).

Desse modo, reforçando o sentido do protesto como forma de comunicação as imagens em questão representam que:

Em uma manifestação nas ruas, ela surte efeitos posteriores por intermédio das testemunhas presentes e dos fotógrafos e operadores de câmeras, nos segmentos de imagens por eles produzidos, providos dos correspondentes comentários e difundidos pelos aparelhos de distribuição (PROSS, 1997, p. 17).

Figura 3 – Ocupação da Avenida Dona Belmira Marin em outubro 2013

Foto concedida pelo dirigente "Confiança"

Figura 4 – Protesto de trabalhadores sem-teto do Movimento Anchieta na manhã de 08/05/ 2014 as 6h10, na Avenida Senador Teotônio Vilela

Foto: Luiz Claudio Barbosa/Futura Press

Isso posto, no contexto de movimentos sociais, podemos sustentar que a sua forma de mobilização entre seus pares transitam pelas três vertentes midiáticas: a primária (o corpo presente), a secundária (introduz um aparato do emissor) e a terciária (requer um aparato do emissor e um aparato de receptor), ferramentas efetivamente utilizadas como forma de organizar e dar voz ao protesto:

(...) o protesto serve para nomear exaustivamente o problema. (...) o protesto é mais do que a discordância", e pressupõe "(...) uma comunicação entre homens ou entre homens e coisas. Ele pressupõe no mínimo um ser sensível que se relaciona com outro ser sensível" (PROSS, 1997, p. 20).

Logo, no entendimento dos ocupantes, “A condição de visibilidade na cidade passa pelo reconhecimento da identidade (...) as identidades na cidade se formam a partir das relações antagônicas de igualdade e diferença” (RIBEIRO, 2009, p. 187).

Assim sendo, suas aspirações só ganham visibilidade quando decidem pela ocupação das ruas da cidade, talvez pelo sentido que bem traduz Castells (2013, p. 19): “Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal”.

Caminhos a Percorrer

Os espaços periféricos extremos na cidade de São Paulo, cada vez mais mantêm os sujeitos acucados, em especial, os dessa ocupação, que faz parte de um cenário de pouca visibilidade dentro do município, e deste modo, não causa maiores incômodos aos setores elitizados, bem como ao poder público.

Todavia, em concordância com Milton Santos (2002, p. 71) “a cidade é o único lugar em que se pode contemplar o mundo com a esperança de produzir um futuro”. Nesse sentido, dar visibilidade àqueles que se encontram na invisibilidade das questões sociais que são imperativas ao mundo moderno capitalista, se faz imprescindível, na busca por dar voz aos protestos e manifestos destes que por meio do sonho da casa própria, buscam solidariamente resistir a um apagamento coletivo e cultural, decorrente dos grandes centros urbanos, que perversamente hierarquizam e excluem as relações e por consequência os grupos sociais.

Por assim ser, quando se percorre a essência do que é a busca pela visibilidade no contexto da invisibilidade que impera as vidas das pessoas que tem seus direitos violados em todas as instâncias (saúde, educação, assistência social, habitação, cultura e lazer), incute-se nesse universo, emoções e expressões, manifestas no sentido de que o espaço habitado na cidade segrega. Todavia, os vínculos acumulados em prol de um desejo comum ampliam as forças daqueles que se encontram à margem, e que depositam em seus lugares de vida, hoje representados por um aglomerado de barracos a esperança do "reconhecimento" definido como o direito à participação na interação social em condições de igualdade", tendo em vista que, "a luta pelos direitos individuais e sua alocação resulta numa intensa construção comunitária" (BAUMAN, 2003, p. 71 e 72).

Nesse sentido, observa-se ações por apropriar-se e democratizar o espaço público bem como a comunicação como um bem comum, contra a deslegitimação e o cerceamento do poder hegemônico sobre os espaços físicos e de comunicação e de representação social e cultural. Para além do panorama deficitário de moradia, a luta por visibilidade dos invisíveis que, estando à margem da imagem midiática, procuram ocupar no sentido de criar um sentimento pertencimento à cidade. Afinal não pertencer a alguém é ser ninguém.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BONDUKI, Nabil. **O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 25, n.71, p. 23-36, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes. Do direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HILLMAN, James. **Cidade e Alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

MADEIRA, Tatiana P. **O diverso, mas possível no trabalho socioeducativo a partir das experiências e vivências do Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio – SASF GRAJÁ II**. 2014. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade Paulista de Serviço Social, São Paulo, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Ruas e a Democracia**: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PAIVA, Raquel. **O espírito do comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcello. **Cidade, Afeto e Ocupações: ou a transfiguração**.

PROSS, Harry. **A Sociedade do Protesto**. Tradução Peter Nauman. São Paulo: ANNABLUME, 1997.

RIBEIRO, Rita Aparecida da Conceição. **Um roteiro de visibilidade e invisibilidade na cidade**. Observatorium: v. 1. n.1. p. 185-196. Jan. 2009.

SANTOS, B. S. **.Reinventar a Democracia**. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5.ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a formação social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

Documentos e Textos da Internet

BRASIL, IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico, 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&>>. Acesso em: 04 dez 2016.

G1 SÃO PAULO. **Protesto por moradia bloqueia vias da Zona Sul.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/transito/noticia/2014/05/sp-6h10-protesto-por-moradia-bloqueia-avenida-dona-belmira-marin.html>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SÃO PAULO. **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras.** Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SÃO PAULO. **HabitaSampa: transparência e interação entre o cidadão e o poder público.** Disponível em: <<http://www.habitasampa.inf.br/habitacao/>>. Acesso em: 04 dez. 2016

SÃO PAULO. **São Paulo outrora e agora: informações sobre a população da capital paulista do século XIX ao XXI.** Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spoutragora/sp_outrora_agora.pdf>. Acesso em: 04 dez 2016.